

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2

*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2

*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Editora Chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 2

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A838 Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Sandra Célia Coelho Gomes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-205-0

DOI 10.22533/at.ed.050202107

1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Silva, Sandra Célia Coelho Gomes da.

CDD 379.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, apresentamos a vocês o volume 2 da Coletânea, “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, uma obra que totaliza 71 artigos e 3 volumes com textos diversos e plurais que discutem a educação a partir de várias perspectivas. Este volume está organizado em dois eixos com 12 artigos cada um, que mostram a conjuntura de investigações que foram desenvolvidas em vários contextos do Brasil, expandindo assim, a reflexão filosófica e o pensamento científico a partir da perspectiva educacional.

A Educação brasileira no cenário atual parece seguir sem perspectivas de avanços, haja vista a falta de políticas públicas educacionais que dialoguem com um Brasil de muitas dimensões e diversidades. Esse cenário, clama pela valorização da educação e dos seus atores, e de um alargamento de diálogos entre o sistema político, universidades e outros organismos vinculados à educação. Diante o exposto, inferimos que: trabalhos como esses apresentados no volume 2 desta Coletânea, mostram o potencial científico e de intervenção social que advém das investigações desenvolvidas nos liames da educação.

Nessa direção, o volume 2 da Coletânea, estabelece uma teia dialógica que perpassa pela educação, promovendo a integração de termos que direcionam o pensar e a reflexão científica rumo aos contextos - histórico, político, cultural e social -, dos quais pontuamos: aprendizagem, currículo, democratização, desenvolvimento profissional, desigualdade, direitos humanos, educação, ensino, formação de professores, gestão, história, política, entre outros. Com isso, desejamos a vocês uma boa leitura e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação

Maria Teresa Ribeiro Pessoa

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

CAPÍTULO 1	1
DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUINDO A IDENTIDADE E ROMPENDO O PRECONCEITO ATRAVÉS DA LUDICIDADE	
Jozaene Maximiano Figueira Alves Faria Fernanda Pereira da Silva Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.0502021071	
CAPÍTULO 2	6
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A BNCC	
Reginaldo Aparecido de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021072	
CAPÍTULO 3	19
EDUCAÇÃO SEXUAL E ESTUDO DE ESTATÍSTICA COMO MEIOS DE EMPODERAMENTO FEMININO	
Polyana Perosa Mirella Aguiar da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0502021073	
CAPÍTULO 4	25
ENSINO DE SOCIOLOGIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A SENSIBILIZAÇÃO SOCIOLÓGICA: UMA EXPERIÊNCIA COM ESTÁGIO CURRICULAR NAS ESCOLAS PÚBLICA ESTADUAIS NO SUDOESTE BAIANO	
Valdívia Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.0502021074	
CAPÍTULO 5	38
ENSINO PROFISSIONAL SIGNIFICATIVO: A METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COMO DIFERENCIAL	
Gerson dos Santos Neto	
DOI 10.22533/at.ed.0502021075	
CAPÍTULO 6	64
ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DESPROVIDA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, É POSSÍVEL?	
Jonatan Pereira da Silva Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti José Santos Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021076	
CAPÍTULO 7	78
ESTILOS DE APRENDIZAGEM E DIFERENÇAS INDIVIDUAIS EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO: O CASO DE UM INSTITUTO FEDERAL BRASILEIRO	
Cicero Eduardo de Sousa Walter Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes Rafael Ângelo dos Santos Leite Polyana Carvalho Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.0502021077	

CAPÍTULO 8	93
FORMAÇÃO DE EDUCADORES E OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CONTEMPORANEIDADE	
Benjamim Machado de Oliveira Neto	
DOI 10.22533/at.ed.0502021078	
CAPÍTULO 9	103
FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL	
Talita Aparecida de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021079	
CAPÍTULO 10	116
FORMANDO PARA A DOCÊNCIA: UM PROCESSO DE INVESTIMENTO NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
Isadora Ribeiro Ibiapina	
DOI 10.22533/at.ed.05020210710	
CAPÍTULO 11	128
GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR SOBRE A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA FERNANDO RODRIGUES DO CARMO EM SANTANA-AP	
Elivaldo Serrão Custódio	
DOI 10.22533/at.ed.05020210711	
CAPÍTULO 12	143
GESTÃO EMPREENDEDORA COMO FONTE DE VANTAGEM COMPETITIVA: UM OLHAR SOBRE O GRUPO SCC	
Inara Antunes Vieira Willerding	
Roberto Rogério do Amaral	
Édis Mafra Lapolli	
DOI 10.22533/at.ed.05020210712	
EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II	
CAPÍTULO 13	156
GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS FRENTE A IMPLEMENTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROVA BRASIL	
Wanessa Vieira Modesto	
Ana Kely Martins da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05020210713	
CAPÍTULO 14	172
INFORMÁTICA BÁSICA NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Claudemir Cosme da Silva	
Renata Makelly Tomaz do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.05020210714	
CAPÍTULO 15	181
JOÃO ALFREDO E A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL IMPERIAL	
Cíntia Farias	
Alberto Damasceno	
Suellem Pantoja	
Viviane Dourado	
DOI 10.22533/at.ed.05020210715	

CAPÍTULO 16	190
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS ESCOLAS DO CAMPO	
<p>Silvanete Pereira dos Santos Maria Onilma Moura Fernandes (In memoriam) Sheila de Fatima Mangoli Rocha Felipe Aleixo</p>	
DOI 10.22533/at.ed.05020210716	
CAPÍTULO 17	204
MÁQUINA DE ONDAS ESTACIONÁRIAS DE DUAS FONTES	
<p>Guilherme Tavares Tel Gabriel Felipe de Souza Gomes Gabriel Tolardo Colombo Luana Gonçalves Paulo Vitor Altoé Brandão Marcos Cesar Danhoni Neves</p>	
DOI 10.22533/at.ed.05020210717	
CAPÍTULO 18	211
O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE NUMA PERSPECTIVA AUTOBIOGRÁFICA	
<p>Tuany Inoue Pontalti Ramos</p>	
DOI 10.22533/at.ed.05020210718	
CAPÍTULO 19	220
O HERÓI DOCENTE: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	
<p>Roseli Vieira Pires Kátia Barbosa Macêdo Anna Flávia Ferreira Borges</p>	
DOI 10.22533/at.ed.05020210719	
CAPÍTULO 20	234
O OLHAR ACADÊMICO/PIBIDIANO SOBRE AS PRÁTICAS AVALIATIVAS NO ENSINO SUPERIOR	
<p>Arnóbio Rodrigues de Sousa Júnior Antonio Avelar Macedo Neri Maria das Dores Alexandre Maia Mayara Barros Bezerra Oscar Soares de Araújo Júnior</p>	
DOI 10.22533/at.ed.05020210720	
CAPÍTULO 21	245
O PAPEL ARTICULADOR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO SERVIÇO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO	
<p>Selma Marquette Molina João Clemente de Souza Neto</p>	
DOI 10.22533/at.ed.05020210721	
CAPÍTULO 22	257
O PAPEL DO APEGO NO PROCESSO DE INSERIMENTO DA CRIANÇA NA CRECHE	
<p>Nathália Ferraz Freitas Sorrana Penha Paz Landim Cinthia Magda Fernandes Ariosi</p>	
DOI 10.22533/at.ed.05020210722	

CAPÍTULO 23 266

O PÁTIO ESCOLAR E OS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS: PROJETOS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO – CAICÓ/RN

Aline Kelly Araújo dos Santos
Joseane Alves Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.05020210723

CAPÍTULO 24 274

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL COMO METODOLOGIA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

Lidnei Ventura
Klalter Bez Fontana
Roselaine Ripa

DOI 10.22533/at.ed.05020210724

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 285

ÍNDICE REMISSIVO 287

O OLHAR ACADÊMICO/PIBIDIANO SOBRE AS PRÁTICAS AVALIATIVAS NO ENSINO SUPERIOR

Data de aceite: 01/07/2020

Arnóbio Rodrigues de Sousa Júnior

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Ceará Campus Crateús
Tamboril-Ceará

<http://lattes.cnpq.br/2842049227860525>

Antonio Avelar Macedo Neri

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Ceará Campus Crateús
Crateús-Ceará

ID Lattes: 4489040579463197

Maria das Dores Alexandre Maia

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Ceará Campus Crateús
Crateús-Ceará

ID Lattes: 9028858288566652

Mayara Barros Bezerra

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Ceará Campus Crateús
Nova Russas-Ceará

ID Lattes: 6523002850585421

Oscar Soares de Araújo Júnior

Secretaria de Educação do Estado do Ceará
Crateús-Ceará

ID Lattes: 4707177940068873

RESUMO: No que se refere as práticas avaliativas no ensino superior, a presente produção acadêmica tem como objetivo investigativo a partir do olhar técnico e pedagógico do acadêmico e pibidiano, problematizar e discutir as práticas avaliativas no ensino superior no curso de licenciatura em geografia nos Sertões de Crateús, analisar teoricamente e criticamente as práticas avaliativas pautadas no ensino de geografia e compreender a importância da avaliação para com o ensino e aprendizagem do licenciando. No conjunto do artigo, tem-se como recursos metodológicos, a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico fundamentada em autores que abordam a temática bem como: Vasconcellos (1998), Hoffmann (1994) e, principalmente Luckesi (2011) entre outros que possibilitam a construção do diálogo e contribuição para a pesquisa. Ainda, é pertinente o uso da etnometodologia embasada em Coulon (1995) para que se possa realizar análises e a abordagem da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) como aporte para pautar a avaliação. Nestas perspectivas, leva-se em conta os saberes adquiridos na prática enquanto atuação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e a troca de experiências entre o ensino superior

e a educação básica. Ainda, as discussões sobre as práticas avaliativas são pautadas objetivando a pedagogia emancipadora no sentido de romper com as formas e padrões tradicionais de avaliar. Tem-se como resultados que, a avaliação é uma prática que requer atitude e que possibilita ao sujeito a construção de resultados positivos e a transformação social e política no princípio da humanização.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior. Práticas avaliativas. Geografia. Sertões de Crateús. PIBID.

THE ACADEMIC / PIBIDIAN GAZE ON EVALUATIVE PRACTICES IN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: From the technical and pedagogical point of view of the [academic] and pibidiano, and concerning itself with evaluative practices in higher education, the present [academic production] has the investigative objective to problematize and discuss the evaluative practices in the geography degree course in the Sertões de Crateús. It theoretically and critically analyzes the evaluative practices in the teaching of geography and understands the importance of evaluation for the teaching and learning of the [licensee]. The article has, as its methodological resources, qualitative research [of a bibliographic nature] by authors who address the theme, including Vasconcellos (1998), Hoffmann (1994), and Luckesi (2011), among others who facilitate the constructive dialogue and contribution to research. Still, the use of ethnomethodology based on Coulon (1995) is pertinent to carry out analyses and the [approach] of the Law of Directives and Bases of Education (LDB) as an input to guide the evaluation. Through these lenses, the article takes into account the practical knowledge acquired while working in the Institutional Program for Teaching Initiation Scholarships (PIBID) and the exchange of experiences between higher education and primary education. Discussions about the evaluative practices aim at the emancipatory pedagogy by breaking with the traditional forms and standards of evaluation.

The results are that evaluation is a practice that requires [attitude], and that allows the subject to build positive results and social and political transformation in the [principle] of humanization.

KEYWORDS: Higher education. Evaluative practices. Geography. Sertões de Crateús. PIBID.

INTRODUÇÃO

As práticas avaliativas enquanto instrumento da gestão institucional estão alinhadas a função política e pedagógica do ensino e, deve-se constituir, sobretudo como um processo dialógico nos níveis de educação fomentado pelos entes federativos. Desse modo, as práticas avaliativas são abordadas em diferentes concepções de formação no magistério para com a aplicabilidade na sala de aula. “Avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar

seu avanços, suas resistências, suas dificuldades [...]”. (VASCONCELOS, 1998, p. 54).

Assim, é necessário que saibamos distinguir do que se trata a avaliação e os exames em decorrência do processo formativo de ensino, uma vez que tais práticas são corriqueiras dentro da estrutura social de sistema educacional que se faz presente na conjuntura do sistema capitalista.

É certo que o exame tende a verificar, não construindo ações a partir da conclusão que se tem a respeito dos resultados obtidos, ou seja, é um processo seletivo inculcado na pedagogia da dominação, da exclusão, do empreendimento, sustentando as ideias propostas pela educação capitalista que se fundamenta na pedagogia liberal. O exame como prática de aprendizagem tende a fomentar uma associação mecânica entre conteúdos e realidade, sem dar suporte para a investigação. Já a avaliação possibilita encaminhar.

Assim, conforme Luckesi (2011, p. 54) “A avaliação, ao contrário, manifesta-se como um ato dinâmico que qualifica e subsidia o reecaminhamento da ação, possibilitando consequência no sentido de construção dos resultados que se deseja”. Neste conjunto, é notório o quanto o exame viabiliza a construção de um produto para o sistema alienante, tendo em vista que essa prática avaliativa sustenta a ideologia fatalista e a domesticação à leitura. Contudo, a avaliação enquanto mecanismo de investigação e de construção de bons resultados não poderá ser objeto da pedagogia conservadora.

Nesse sentido, o artigo problematiza as práticas avaliativas num viés da socialização de saberes historicamente acumulados, na construção de ações investigativas assentadas na gestão democrática ao passo que se pensa em práticas educativas emancipatórias no limiar das contradições do sistema capitalista e do fracasso da pedagogia do exame. Por fim, a avaliação tem a função de diagnosticar continuamente, reconhecendo e considerando aspectos sociopolíticos. Por isso a tamanha importância para o ensino e aprendizagem. Para explicitar, Libâneo (1990, p. 195) nos rememora ao afirmar que: “A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem”. Além disso, é perceptível o uso das práticas avaliativas no ensino superior mediante a proposta e elucidações das tendências pedagógicas. Fica claro as atribuições das práticas avaliativas quanto as formas de avaliar obedecem os papéis centrados por essas tendências de cunho político, social e cultural.

“Não é indiferente, portanto, os tipos de procedimentos que se adota, sendo a avaliação uma dimensão bastante reveladora do projeto pedagógico implicado em cada modo distante de ensinar”. (CORDEIRO, 2013, p. 149). Nesta proposição, pensando na academia enquanto um dos principais palcos de formação social, política e humana, ainda é utilizado práticas avaliativas pedagógicas que conduzem o ato de avaliar para a ideia de reprodução, da repetição acrítica com o falso discurso do ensino humanístico.

Assim, ao considerarmos a formação de professores no ensino de geografia nos Sertões de Crateús, é importante ressaltar seu níveis de formação, onde tem-se bacharéis

e licenciados. Logo, há fortes tensões enquanto formação de currículo dos licenciandos. Desse modo, Joe Garcia afirma que “Transformar o currículo, desenhar experiências de aprendizagem e decidir sobre estratégias de avaliação representam alguns dos principais desafios com os quais convivem os professores universitários”. (GARCIA, 2009, p. 204).

Partindo dessa dimensão, o artigo também discute as práticas avaliativas a partir da formação dos professores, haja vista que a discussão tem o propósito de debater a temática no sentido de uma educação emancipadora, logo, investigar, questionar e problematizar a formação e os métodos dos profissionais são necessários. Ademais, a avaliação bem como pauta Brasil (1996) em seu Art. 24º, deve ser contínua, considerando os contextos sociais, as dificuldades do aprendiz e possibilitando aprendizagens significativas. Embora, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação neste artigo trate especificamente da avaliação para com a educação básica, esta por sua vez se aplica em outros contextos de ensino, tendo em vista que o ensino superior está condicionado ao Plano Nacional de Educação (PNE) e este pautado na LDB.

Dessa maneira, o Art. 9º é explícito ao assegurar que a avaliação deve propiciar fundamentos para uma educação de qualidade, inclusive no ensino superior. Contudo, as indagações ainda são pertinentes quanto as práticas avaliativas nos diferentes eixos de ensino, haja vista o sistema social, político e econômico que se tem. Nesse ínterim, a produção acadêmica tem como máxima, problematizar e discutir as práticas avaliativas no ensino superior da licenciatura em geografia nos Sertões de Crateús além de propor o discernimento quanto a importância das práticas avaliativas na construção social e na humanização do sujeito.

Diante disso, a produção subsidia-se na pesquisa de natureza qualitativa, respaldada em autores que traz leituras aptas a discussões no que tange a temática além de outros autores que apresentam grandes contribuições, enriquecendo o debate e tornando a leitura ampla e formando seres politizados. Freire (2003, p. 123) é extraordinário ao sustentar que “A leitura de mundo do educando revela, evidentemente, a inteligência do mundo que vem cultural e socialmente construído”. Logo, a avaliação enquanto um ato dialógico como bem propõe Luckesi (2000), constrói constantemente essa leitura.

Adicionalmente, tem-se a leitura da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o uso da etnometodologia alicerçada em Coulon (1995) para que fosse possível realizar análises comparativas a fim de ampliar o debate e articular as proposições debatidas. Para tal, fez-se necessário a aplicação de um questionário com quatro questões subjetivas para um núcleo de 10 discentes da licenciatura em geografia, sendo estes do segundo, quarto e quinto semestre. O questionário tem como objetivo, fomentar implicações, reflexões e discussões sobre as práticas avaliativas no ensino de geografia nos Sertões de Crateús. É nesse sentido que a pesquisa é de extrema importância pois propicia o debate e põe desafios à licenciatura, sobretudo aos profissionais, mas também criando atitudes nos discentes quanto a atuação futura no magistério.

Portanto, o presente artigo discute a avaliação enquanto instrumento essencial para o processo pedagógico-didático, buscando-se também levar o docente a reflexão de suas práticas. Assim, a produção segue discutindo a temática abordando diferentes proposições e propondo a avaliação enquanto processo dialógico, assentado na pedagogia progressista, objetivando o ensino que conscientize as camadas rotuladas como subalterna e subjugadas como massa muscular do sistema capitalista.

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO ENSINO E APRENDIZAGEM

Nestas perspectivas de discussão, é válido ressaltar que a avaliação se constitui como uma reorientação da prática pedagógica. As práticas avaliativas que se constituem nas redes de ensino ainda são sustentadas mediante uma lógica fragmentada e racionária proposta pelo sistema capitalista que se fundamenta na pedagogia da mordida. O ensino superior, ainda é palco de disseminação de tais práticas, vulgarizando os métodos da pedagogia do exame por meio da formação do currículo acadêmico, da formação de professores. Sendo o ensino superior o objeto de estudo do artigo, tais problemáticas serão apontadas mais adiante nas discussões a partir do estudo etnometodológico. A priori, é plausível compreendermos a importância da avaliação no ensino e aprendizagem para posteriormente se discutir de forma politizada tais situações. Assim, a avaliação é um paradigma de mediação ao ponto que encoraja a construção do saber.

Tal paradigma pretende opor-se ao modelo do “transmitir-verificar-registrar” e evoluir no sentido de uma ação avaliativa reflexiva e desafiadora do educador em termos de contribuir, elucidar, favorecer a troca de idéias entre e com seus alunos, num movimento de superação do saber transmitido a uma produção de saber enriquecido, construído a partir da compreensão dos fenômenos estudados. (HOFFMANN, 1994, p. 51).

Conforme Luckesi (2011, p. 214), “A avaliação, em si mesma, é um instrumento de dinamismo e progresso”. É notório que a avaliação tende a viabilizar a transformação do sujeito, de sua aprendizagem. É nesses aspectos pedagógicos que a avaliação se torna essencial para transformar e construir o conhecimento do sujeito social. A avaliação apresenta também um fator político essencial o qual corrobora com os ideais revolucionários da pedagogia libertadora. Dessa maneira, compreender a importância da avaliação enquanto docente no ensino superior, é instruir o ser essencialmente político, fazendo-o refletir sobre as amarras do sistema capitalista e se apropriando de uma nova leitura e filosofia de mundo. É sabido que, o professor tende a erdar a cultura do examinar, sobretudo os bacharéis por não apresentar formações pedagógicas voltadas à licenciatura.

O que se percebe ao aprofundar os estudos sobre a questão é que o ensino superior não está isento dos problemas mais gerais constatados nesse campo e que, tanto na teoria quanto na prática, a avaliação nesse nível de ensino se reveste de rituais e atitudes discriminatórias. Neste caso, a avaliação ocorre de adulto para adulto, talvez por isso

seja menor a preocupação em compreender o seu papel no processo de aprendizagem, seus limites e possibilidades no conjunto de procedimentos que compõem a organização do trabalho pedagógico na sala de aula e sua influência na condução do processo de ensino. (CHAVES, 2003. p. 03).

Nessa maneira, apercebesse que ainda existe no ensino superior a prática constante da pedagogia do exame, onde em muitas circunstâncias, utiliza-se a prova como punição e como prática de poder no decorrer do processo educacional. Naturalmente, é preciso conceber neste espaço formativo a importância da avaliação enquanto processo de diagnóstico que inclui, desvendando a realidade, haja vista a rigorosidade científica e a intervenção enquanto método de reinventar e construir os resultados desejados. “Desse modo, provas/exames separam os “eleitos” dos “não eleitos”.

Assim sendo, essa prática exclui uma parte dos alunos e admite, como “aceitos”, uma outra. Manifesta-se, pois, como uma prática seletiva”. (LUCKESI, 2011, p. 202). Ainda, Mendes (2005, p. 194) ressalta que “Mudar as concepções e as práticas avaliativas não é deixar de avaliar, nem afrouxar”. Desse modo, a avaliação tende a descrever a realidade e compreender como tal realidade funciona. Com toda a certeza, é fundamental compreender a relevância que a avaliação tem para o ensino e aprendizagem como condução da ação conforme argumenta Luckesi (2011).

Além disso, a avaliação visa a produção de conhecimento, logo, ela deve ter sistematicidade quanto aos conteúdos trabalhados. Também, a avaliação deve proporcionar instrumentos adequados para com as competências dos aprendizes. É fato que, muitos dos instrumentos utilizados nas redes de ensino até mesmo no ensino superior, não estão adequados as competências que o aprendiz tem quanto a desenvoltura de suas habilidades, tendo em vista que as práticas avaliativas ainda são pragmáticas e exclusivas. De acordo com Cordeiro (2013, p. 156-157):

[...] em diversas situações escolares ainda predominam os procedimentos da avaliação de caráter repetitivo, padronizado e normativo, os alunos costumam aprender rapidamente a como se comportar, seja para adotar o papel do bom aluno, seja para rejeitá-lo.

“Ademais, em contraponto ao exame, a avaliação preza pela equalização social e pela democratização do ensino. O mais comum é tomar a avaliação unicamente como o ato de aplicar provas, atribuir notas e classificar os alunos”. (LIBÂNEO, 1994, p. 198). Não podemos, enquanto formandos, perceber que a avaliação, de fato, se dar somente nessa perspectiva. É preciso cogitar e lutar pelas práticas avaliativas que inclui. Mendes (2005, p. 177) ressalta que “Mudar a forma de avaliar implica repensar todo o processo pedagógico, bem como todo o processo de definição do currículo que definimos no ensino superior”. É a partir da formação do currículo acadêmico que a pedagogia do exame influencia na reprodução desta forma de avaliação. Aqui, fica claro a total importância da avaliação no ensino e aprendizagem enquanto método de investigação, reinvenção e reorientação da prática pedagógica. É explícito que a avaliação pressupõe o início, o meio e o fim, entendendo como máxima a avaliação enquanto uma constante dentro de

qualquer ação educativa. Por fim, acrescentasse que:

A pedagogia que sustenta o exame se contenta com a classificação, seja ela qual for; a pedagogia que sustenta o ato de avaliar não se contenta com qualquer resultado, mas somente ao educando a responsabilidade pelos resultados insatisfatórios; investiga suas causas, assim como busca e realiza ações curativas. O ato de avaliar dedica-se a desvendar impasses e buscar soluções. (LUCKESI, 2013, p. 64).

REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS AVALIATIVAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

No que tange a formação acadêmica dos licenciandos em geografia nos Sertões de Crateús, é de fundamental importância ressaltar a formação do currículo através do que está sendo ministrado pelos profissionais da educação, sejam eles bacharéis ou licenciados. Nesse sentido, ao falarmos de práticas avaliativas no ensino superior, tem-se presente neste âmbito acadêmico a dualidade de formação do currículo do discente a partir de olhares e abordagens diferentes, uma vez que a formação acadêmica está voltada a licenciatura, sendo pautada formas avaliativas em caminhos diferentes.

Outrora, na licenciatura, é usado práticas avaliativas que se dissocia da reflexão e das questões pedagógico-didáticas, bem como será apresentado nos resultados e discussões do texto. Desta forma, as reflexões acerca das práticas avaliativas no ensino de geografia serão necessárias, tendo em vista que a presente produção acadêmica propõe práticas avaliativas de qualidade, que use instrumentos que estejam em consonância com as competências e habilidades dos indivíduos além de assegurar a retórica da avaliação como ato dialógico, político, cultural, pedagógico e de constante transformação social.

Nestas perspectivas, as práticas avaliativas no ensino de geografia apresentam dualidades, considerando-se que a licenciatura é conduzida por professores bacharéis e licenciados. Logo, a formação destes se pautam em perspectivas diferentes de pesquisa. Luckesi (2011, p. 215) diz que “A conduta de muitos educadores (se é o que são) é a cópia de seus antigos mestres”. Assim, enquanto acadêmico e pibidiano atuante na educação básica, é necessário que o professor faça uma reflexão sobre a sua prática avaliativa.

É notório, em algumas situações o uso de exames como prática avaliativa. “Vale lembrar, desde já, que o mecanismo ação-reflexão-ação é importante para que a avaliação cumpra o seu papel, vamos dizer, ontológico. Ou seja: o julgamento qualitativo da ação deve estar em função do aprimoramento dessa mesma ação”. (LUCKESI, 2011, p. 213). Adicionalmente, é válido enfatizar que são raras as exceções que se tem quanto ao uso de exames para o exercício do poder. No entanto, a educação superior deve rever teorias e práticas, tendo em vista que tem-se uma nova proposta de formação de um currículo diverso.

Conforme Luckesi (2005, p. 4), “Importa observar, em primeiro lugar, que a questão central da prática da avaliação na escola não está nos instrumentos, mas sim na postura

pedagógica e conseqüentemente na prática da avaliação”. Nesse sentido, a postura do profissional acerca de suas práticas avaliativas revela o seu caráter pedagógico. No ensino superior, com abordagens no ensino de geografia, existem propostas avaliativas que tramita no sentido da tendência liberal, a qual não tem compromisso com a transformação social, mas legitima a ordem do sistema capitalista, de uma pedagogia do exame, da exclusão e da dominação.

É necessário a mudança de postura do profissional que reproduz o falso discurso da democracia e da boa formação social, humana e política. Não obstante, usa em suas práticas avaliativas, uma avaliação inculcada na tendência liberal. Em contraponto, a boa avaliação deve reconhecer os condicionantes sociopolíticos dos indivíduos bem como outras epistemologias.

Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação terá de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos. Enfim, terá de ser o instrumento de reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos. (LUCKESI, 2011, p. 91).

Neste sentido, em muitos espaços institucionais educativos, inclusive na academia, os profissionais ainda trabalham na lógica dos exames escolares, logo, são mínimas as práticas de avaliar no sentido de investigar, questionar e tomar atitude para com os resultados adquiridos. “A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos”. (LIBÂNEO, 1994, 195). Deste modo, o professor deve ter uma reflexão crítica a respeito dos resultados obtidos e por conseguinte, de sua prática avaliativa. No ensino de geografia, algumas práticas avaliativas reconhece as dificuldades dos diferente indivíduos, logo, os instrumentos de avaliação são adequados. Contudo, ainda precisa-se ter uma maior postura e reflexão acerca dos resultados.

AVALIAÇÃO E CURRÍCULO: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES

De acordo com Chaves (2003, p. 06), “A construção de uma proposta de avaliação passa inevitavelmente por uma opção sobre ensinar e aprender, a qual expressa por sua vez uma opção por um modelo epistemológico-pedagógico”. As práticas avaliativas estão alicerçadas num projeto pedagógico de ensino que é reveladora da formação curricular do acadêmico.

A partir das avaliações, pode-se pensar essa tática enquanto indutora de currículo ou redutora de currículo, incorporando instrumentos e procedimentos de sua formação que tendem a formar o currículo. Nota-se que as práticas avaliativas pressupõe uma formação de currículo. Por isso, é interessante avaliar para com o objetivo da transformação social e política. Garcia (2009, p. 206) nos mostra tais discussões ao enfatizar que:

As experiências de avaliação são parte importante do currículo, não só na educação

superior como nos demais níveis educacionais. É possível afirmar que tais experiências avaliativas são formativas sob diversos aspectos. Elas podem influenciar o modo como os estudantes planejam e utilizam o tempo dos estudos, atribuem prioridade e significado às diversas tarefas acadêmicas, e, de modo amplo, como eles se desenvolvem academicamente. Além disso, quando expostos à cultura avaliativa de determinado curso, e, portanto, sujeitos às rotinas, prioridades e conhecimentos atrelados a determinadas formas de avaliação, os estudantes tendem a desenvolver atitudes e práticas em relação à aprendizagem.

Dessa forma, a prática avaliativa a qual Luckesi (2011) explicita, forma um currículo diverso com conhecimentos políticos, históricos sociais etc., além de ser um currículo politizado. No ensino de geografia, é notório algumas tensões acerca da formação curricular do aprendiz no processo de ensino e aprendizagem, haja vista a dicotomia entre a formação dos docentes e de suas práticas avaliativas. Ainda, as práticas avaliativas no ensino de geografia apresenta diferentes finalidades, as quais demonstra o caráter pedagógico do professor.

Nesse sentido, para a construção plena de um currículo, o profissional deve acompanhar e dialogar de forma sistematizada com o ensino e aprendizagem do aprendiz. Por outro lado, haja vista a formação pedagógica dos profissionais, Hoffmann (1994, p. 55) reforça que “É preciso investigar, então, a compreensão pelos professores dos termos acompanhamento e diálogo. Entendo que ambos podem receber definições diferenciadas, conforme estiverem atrelados a uma ou a outra matriz epistemológica”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões aqui apresentadas tem um viés voltado para a problematização no que tange as práticas avaliativas, objetivando a pedagogia libertadora, emancipadora e suas epistemologias. Nestas perspectivas, a partir da atribuição do questionário aos discentes, entende-se por meio de uma das respostas obtidas que as práticas avaliativas ainda estão nos percursos das tendências pedagógicas, uma vez que tem-se apenas o uso do exame como processo de avaliação sem possibilitar reflexões, atitudes e ações sobre os resultados adquiridos e sem implicações crítico-reflexivas da prática avaliativa do docente. Apercebesse que, faz-se necessário que o docente tenha uma postura reflexiva sobre sua atuação e possa compreender as possíveis competências dos aprendizes que são fundamentais para o desenvolvimento de suas habilidades.

Neste sentido, não se pode perder de vista que o trabalho do professor está sempre fundamentado, consciente ou inconscientemente, num conjunto de representações teóricas a respeito dos alunos, do conhecimento, do ensino e das suas finalidades, da pedagogia e dos métodos adequados para melhor realizar os objetivos propostos. (CORDEIRO, 2013, p. 152).

Nesse limiar, nota-se que as práticas avaliativas no ensino superior ainda são pautadas de forma a causar pressão nos discentes. Foi possível perceber tal proposição

ao perguntarmos aos discentes “Como você percebe as avaliações pautadas pelos professores do curso de licenciatura em geografia?”. Diante disso, bem como afirma Luckesi (2011), a avaliação deve considerar os instrumentos que estejam adequados a realidade do indivíduo. No entanto, ainda tem-se práticas avaliativas de caráter “duro”, ao ponto de provocar, a pressão, o medo e de não incluir a avaliação nas perspectivas da rotina do aprendiz. Através das respostas apontadas abaixo, fica claro a dualidade das práticas avaliativas no ensino superior, em específico, no ensino de geografia nos Sertões de Crateús.

A maioria das avaliações demonstram estar de acordo com suas respectivas disciplinas. Contudo, pelo fato de as avaliações ocorrerem quase que todas ao mesmo tempo, creio que nós discentes realizamos as avaliações sob muita pressão. (Discente da geografia).

Existem diferentes maneiras. Uma mais flexíveis, levando em consideração a rotina do discente, outras não. (Discente da geografia).

Em uma pedagogia preocupada com a transformação, o exercício da avaliação não poderá ser nem “piedoso” nem “durão”. (LUCKESI, 2011, p. 215). É necessário o redimensionamento da ação. Nestas proposições, indagamos se as avaliações realizadas possibilitam reflexões sobre os acertos e erros. Quanto a esta indagação, pudemos concluir que tampouco as avaliações possibilitam a reflexão crítica e a implicação pedagógica quanto aos acertos e erros. Em uma das respostas, podemos ver uma nova proposição, ao ressaltar a forma como o professor aborda as avaliações. Mesmo assim, é verídico afirmar que os professores mesmo tendo grandes titulações, necessitam fazer uma reflexão de suas práticas avaliativas.

Na maioria das vezes, sequer há tempo para reflexões sobre o que foi positivo e o que deve ser melhorado, de modo que restam lacunas na aprendizagem. (Discente da geografia).

A maioria são de reflexão, mas dependendo da forma que o professor passe a avaliação, torna difícil a reflexão sobre o assunto. (Discente da geografia).

Por fim, pode-se afirmar que o docente deve a todo tempo está redimensionando sua prática avaliativa e a conduzindo a uma ação de caráter humano, reflexivo, emancipatória e de inclusão. Ficou explícito que as práticas avaliativas no ensino superior chegam sinteticamente a um resultado. Mas precisa ser redirecionada a uma boa conduta de transformação. Só assim, teremos seres mais politizados, empoderados e emancipados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta produção acadêmica, evidenciou-se as práticas avaliativas no ensino superior, a fim de se problematizar, enfatizar, discutir e compreender tal processo que faz parte do ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a pesquisa se volta a apresentar tais práticas,

abordando o ensino de geografia nos Sertões de Crateús. A discussão é válida pois traz uma ampla revisão bibliográfica e novas discussões acerca da temática de estudo mediante a formação de professores.

Em síntese, a presente produção acadêmica é viva, pois traz o debate objetivando a formação crítica. Conclui-se que as práticas avaliativas são essenciais no ensino e aprendizagem, mas devem estar condicionadas aos instrumentos de estudos dos aprendizes e, possibilitar uma reflexão crítica e uma mudança de atitude a partir dos meros resultados adquiridos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 19/12/2019
- CHAVES, Sandramara M. **Avaliação da aprendizagem no ensino superior: realidade, complexidade e possibilidades**. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo, 2003.
- CORDEIRO, Jaime Francisco Parreira. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- GARCIA, Joe. **Avaliação e aprendizagem na educação superior**. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 20, n. 43, p. 201-213, 2009.
- MENDES, Olenir Maria. **Avaliação formativa no ensino superior: reflexões e alternativas possíveis**. *Currículo e avaliação na educação superior*. Araraquara: Junqueira & Marin, p. 175-197, 2005.
- HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora: uma relação dialógica na construção do conhecimento**. *Avaliação do rendimento escolar*. São Paulo: FDE, p. 51-9, 1994.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança – por uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 1998.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Afiliada, 1994.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. Cortez editora, 2011.
- LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da Educação**. 3ª edição. 2011.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem**. *Revista Pátio*, v. 12, p. 6-11, 2000.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: visão geral**. In: Entrevista concedida ao Jornalista Paulo Camargo, São Paulo, publicado no caderno do Colégio Uirapuru, Sorocaba, estado de São Paulo, por ocasião da Conferência: Avaliação da Aprendizagem na Escola, Colégio Uirapuru, Sorocaba, SP. 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção 151, 183

Apego 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265

Aprendizagem 2, 11, 12, 21, 34, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 69, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 118, 121, 125, 126, 128, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 146, 152, 153, 157, 158, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 187, 200, 211, 213, 218, 234, 236, 237, 238, 239, 242, 243, 244, 256, 268, 269, 272, 286

C

Currículo 6, 7, 10, 18, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 37, 69, 72, 97, 101, 103, 132, 168, 175, 179, 181, 190, 196, 201, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 264, 265, 285

D

Democratização 11, 118, 124, 136, 142, 163, 164, 239, 274, 275, 276, 277, 278, 280

Desenvolvimento Profissional 211, 212, 214, 215, 218, 219, 285

Desigualdade 20, 21, 98, 100, 103, 104, 107, 111, 199

Direitos Humanos 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 70, 256

Diversidade 1, 2, 3, 4, 5, 13, 19, 68, 88, 97, 98, 100, 138, 153, 193, 249, 283, 284, 285

Docência 24, 37, 38, 41, 50, 93, 94, 109, 116, 117, 120, 122, 124, 125, 164, 191, 195, 196, 197, 201, 202, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 229, 231, 232, 234

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 50, 58, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 84, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 150, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 240, 241, 244, 245, 246, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 280, 282, 283, 284, 285, 286

Educação do Campo 68, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Educação Infantil 1, 2, 3, 4, 5, 13, 15, 133, 195, 199, 218, 258, 260, 261, 264, 268, 274, 275
Educação Integral 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77
Educação Sexual 19, 20, 21, 22
Emoções 65, 103, 104, 107, 108, 109, 111, 114, 115
Empreendedorismo 143, 144, 145, 146, 147, 152, 154, 155
Ensino de Sociologia 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37
Ensino Fundamental 13, 14, 16, 22, 50, 53, 56, 94, 97, 101, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 157,
159, 164, 170, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 194, 195, 216, 218, 221, 268, 274, 275
Ensino Profissional 38, 43, 44, 59, 62
Ensino Superior 41, 120, 123, 164, 183, 220, 224, 228, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241,
242, 243, 244, 285, 286
Estágio Curricular 25, 33, 35, 116, 123, 125
Estilos de Aprendizagem 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89
Estudo de Estatística 19, 20
Experimento Didático 204

F

Formação de Educadores 18, 93, 196
Formação de Professores 4, 18, 25, 33, 37, 98, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 179,
187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 202, 211, 212, 219, 236, 238, 244, 285, 286
Formação Docente 32, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 192, 195,
197, 219, 285

G

Gestão Democrática Participativa 128, 129, 130, 132, 133, 139, 141
Gestão Empreendedora 143, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155
Gestão Escolar 93, 131, 140, 156, 162, 171, 274, 275, 278, 279, 280, 284

H

História 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 14, 16, 21, 24, 39, 68, 69, 76, 95, 96, 101, 116, 120, 121, 127, 149,
181, 182, 188, 190, 194, 201, 202, 214, 216, 217, 218, 219, 221, 229, 233, 245, 277, 282, 284, 286

I

Império 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 221, 277
Informática Básica 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180
Instrução Pública 181, 182, 183, 184, 185, 221

L

Ludicidade 1

O

Ondas 204, 205, 206, 208, 209, 210

P

Prática Educativa 63, 101, 118, 129, 130, 133, 141, 203, 244, 248, 249, 283

Práticas Avaliativas 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Prova Brasil 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171

S

Socioeducação 245, 247, 248, 249, 250, 252, 254

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br